

# Brasil não quer confronto, mas tem suas metas

LUIZ BRESSER

A suspensão do pagamento dos juros dos empréstimo a longo e médio prazo de bancos privados, decidida na última semana, foi a consequência necessária da deteriorização da balança comercial brasileira nos últimos meses e da recusa ou protelação dos credores em conceder "dinheiro novo" ao Brasil, que permitisse o pagamento dos juros sem perdas de reservas. Sem dúvida seria possível adiar a decisão, já que o País dispõe de 3,9 bilhões de dólares de reservas. Mas, como deixou claro o presidente Sarney, o Brasil não quis cometer o mesmo erro de 1982, quando suspendeu os pagamentos no momento em que não tinha mais recursos em caixa, ficando sem qualquer poder de barganha.

A decisão do Presidente foi corajosa e oportuna. É preciso, entretanto, ficar claro que a suspensão dos pagamentos — que o Governo vem corretamente evitando chamar de moratória para deixar claro que não pretende o confronto — não constitui nenhuma panacéia. Ela pode ser realizada porque, além das reservas, dispomos da expectativa de um superávit comercial. Na verdade, apesar da suspensão do pagamento de cerca de 5,5 bilhões de dólares aos bancos privados em 1987, ainda teremos que ter um superávit comercial neste ano de 7 bilhões de dólares para podermos continuar a realizar nossas importações normalmente.

As contas são simples. Teremos que pagar aos bancos oficiais por empréstimos a longo prazo e aos bancos privados por empréstimos comerciais a curto prazo cerca de 3,5 bilhões de dólares de juros. Por outro lado, a balança líquida de serviços reais (seguros, transportes, turismo, etc.) deverá alcançar outros 3,5 bilhões de dólares. Some-se a isto 1,5 bilhão de dólares de emprés-

timos de entidades oficiais, compensados por pagamento equivalente ao FMI, e teremos os 7 bilhões de dólares de superávit comercial necessários.

A soberania brasileira, que foi com tanta clareza afirmada pelo Presidente, não é portanto apenas um ato de vontade; depende do superávit comercial que logremos alcançar. A suspensão do pagamento de juros não dispensa o País de uma política firme de ajustamento externo, que nos permita negociar com os credores de forma soberana. Nossa meta, na verdade, deverá ser um superávit comercial de 9 bilhões de dólares em 1987 de forma a podermos, na negociação com os credores, recebendo cerca de 3 bilhões de dinheiro novo dos bancos privados e 2 dos bancos oficiais (ao invés de 1,5 que poderemos obter sem negociação), pagar todos os juros e iniciar a recomposição de nossas reservas.

Para alcançar esse superávit parece essencial uma pequena maxidesvalorização e uma política econômica austera, que desacelere a economia neste ano. Um crescimento do PIB de 2 a 3 por cento, por exemplo, seria uma excelente meta para 1987, compatível com a meta a longo prazo de 6 por cento ao ano, dado o elevado crescimento de 1986.

A suspensão do pagamento não nos levará, portanto, necessariamente, a maior crescimento econômico. No curto prazo será acompanhado de menor crescimento, já que é condição de soberania o ajustamento externo do País. A médio prazo será favorável ao crescimento do País desde que, sendo acompanhada de uma política econômica interna responsável, nos permita um relacionamento com nossos credores mais maduro, em que fique claro que não temos nenhum interesse pelo confronto, mas também que conhecemos muito bem quais são nossos objetivos nacionais e como alcançá-los.